

# INCTE 2019

IV Encontro Internacional de Formação na Docência  
4th International Conference on Teacher Education

## Livro de Atas Proceedings



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA Escola Superior de Educação

Bragança | 3 e 4 de maio | 2019

## **Autonomia, autoria, aprendizagem e flexibilidade curricular: da teoria à prática**

Nilsa Quelhas<sup>1,2</sup>, Daniela Gonçalves<sup>1,2,3</sup>  
nilsa.quelhas@hotmail.com, dag@esepf.pt

<sup>1</sup> *ESE de Paula Frassinetti, Portugal*

<sup>2</sup> *CIPAF da ESEPF, Portugal*

<sup>3</sup> *CEDH da UCP, Portugal*

### **Resumo**

Espaço de referência social e, portanto, instituição a que se impõe constante reafirmação, cabe às escolas, em geral, serem agentes essencialmente pró-ativos de interpretação dos contornos dos processos de mudança que afetam o mundo. Aos docentes, em particular, entendemos caber a responsabilidade de responder com criatividade aos desafios que lhes são colocados diariamente, pela posição privilegiada que ocupam nesta instituição e, como consequência, pelo seu papel no desenvolvimento harmonioso e integral de cada ser humano. Nesta aceção, e em nosso entender, a recente legislação – Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC), Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA), Estratégia Nacional para a Cidadania e Desenvolvimento – potenciou a materialização de propostas educativas mais ajustadas à forma como os alunos aprendem na contemporaneidade. Nesta proposta, pretendemos apresentar o resultado de um estudo exploratório, de natureza qualitativo, em contexto de sala de aula no 1.º Ciclo de Ensino Básico, numa instituição de ensino privada que implementou o seu projeto de autonomia e flexibilidade curricular, suportado pela aplicação de um inquérito por questionário a 8 professores, com os objetivos de conhecer todo o processo de implementação e desenvolvimento do PAFC. Da análise dos resultados da investigação destacar-se-á as vantagens e entraves da operacionalização deste projeto, assim como as principais estratégias de monitorização e avaliação desta iniciativa.

**Palavras-chave:** autonomia, autoria, aprendizagem, flexibilidade curricular.

### **Abstract**

A social place, and therefore an institution to which constant reaffirmation is required, it is for schools, in general, to be essentially proactive agents in interpreting the contours of the processes of change affecting the world. Teachers, in particular, understand responsibility for responding creatively to the challenges they face each day, for the privileged position they occupy in this institution and, as a consequence, for their role in the harmonious and integral development of each human being. In this sense, and in our view, the recent legislation- Project for Autonomy and Curricular Flexibility (PACF), Profile of the Student on Exit of Compulsory Schooling (PA), National Strategy for Citizenship and Development – has promoted the materialization of educational proposals more adjusted to the way students learn in the contemporary world. In this proposal, we intend to present the result of an exploratory study, of a qualitative nature, in a classroom context in the 1<sup>st</sup> Cycle of Basic Education, in a private teaching institution that implemented its project of autonomy and curricular flexibility, supported by the

application of a questionnaire survey of 8 teachers, with the objectives of knowing the whole process of implementation and development of the PAFC. The analysis of the research results will highlight the advantages and obstacles of the operationalization of this project, as well as the main strategies for monitoring and evaluating this initiative.

**Keywords:** autonomy, authorship, learning, curricular flexibility.

## 1 Introdução

Esta agenda educativa global marcada pela ideologia da qualidade e da eficácia do sistema educativo é bem acolhida pela sociedade. A noção de competência, por exemplo, entra na linguagem das escolas por via do mundo empresarial: não basta saber os "saberes", é preciso mobilizá-los em contextos sempre renovados. Os novos princípios defendem a necessidade de se promover a articulação entre a escolarização, o emprego, a produtividade, o mercado, no pressuposto de que daí resultará o equilíbrio do défice e o aumento do produto interno bruto (PIB). Solicita-se ao sistema que racionalize e otimize os seus investimentos e recursos e recomenda-se uma gestão escolar baseada em critérios de eficiência e de competitividade.

A retórica que defende a organização de um mercado escolar instituído com base nas preferências dos "consumidores" é exatamente a mesma que transfere para o terreno educativo a moderna fraseologia empresarial: metas educativas, sustentabilidade, gestão global, standard superior, *hard skills* (pensamento estratégico, planeamento e controlo, *accountability*, gestão de projetos, inovação), *soft skills* (gestão e motivação de equipas, gestão de conflitos, empatia, comunicação interna e externa, gestão de parcerias), mecânicas de proximidade, práticas de benchmarking. A qualidade e a excelência assumem-se, deste modo, como novos paradigmas de uma escola que se abre aos seus "clientes futuros": as universidades e as empresas. Nesta lógica, a escola com qualidade é aquela que promove o progresso de todos os alunos em todos os aspetos do seu rendimento e aproveitamento, para além do que se podia esperar, dada a sua situação inicial e o seu aproveitamento anterior, assegurando que cada aluno consegue o maior sucesso possível e continua a melhorar de ano para ano. Uma escola assim remete para o princípio da equidade: uma escola só é eficaz se o for para todos os alunos e para cada um(a). Está associada à noção de valor acrescentado, o indicador utilizado para medir a eficácia da escola; não é o rendimento máximo da escola, mas sim o avanço relativamente às suas potencialidades. O sistema educativo continuará a ter de promover o talento e o mérito mas, paralelamente, não poderá deixar de promover o sucesso "mínimo" de modo a que todos possuam a escolaridade obrigatória. Algures do meio de isto tudo destacamos uma interseção essencial: não esqueçamos que a escola deve promover essencialmente o saber pensar, o saber perguntar e encontrar vias de concretizar aprendizagens sustentáveis.

No contexto português, mais concretamente no ano letivo de 2017/2018, é implementado um projeto piloto nas escolas - PAFC - nos ensinos básico e secundário. Concede à escola, da rede pública e privada, agrupadas ou não, autonomia e flexibilidade curricular, ou seja, 25% da carga horária semanal pode ser gerida pela escola, desde que cumpram os programas e as metas curriculares. O objetivo é maximizar a transdisciplinaridade e o trabalho de projeto, fomentando assim o trabalho colaborativo, autónomo, de responsabilidade pessoal e social (Palmeirão & Alves, 2017). Segundo o PAFC, a autonomia da escola depende da organização de cada escola

e da cooperação dos professores e de outros profissionais e do percurso que constroem para a diversificação e a flexibilização, adotando uma estratégia de ensino personalizada. Esta alteração legislativa permite a cada escola a “identificação de opções curriculares eficazes”, valoriza modalidades de “gestão e lecionação interdisciplinar e articulada do currículo”, “trabalho colaborativo e interdisciplinar, no planeamento, realização e avaliação das aprendizagens” (Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho, art.º 3.º). Deste modo, apresentar-se-á o resultado de um estudo exploratório, de natureza qualitativa, em contexto de sala de aula no 1.º Ciclo de Ensino Básico (CEB), numa instituição de ensino privada que implementou o seu projeto de autonomia e flexibilidade curricular, suportado pela aplicação de um inquérito por questionário a 8 professores, com os objetivos de conhecer todo o processo de implementação e desenvolvimento do PAFC.

## **2 Autonomia, autoria, aprendizagem e flexibilidade curricular**

No contexto profissional e investigativo, preconizamos uma conceção de escola, mais situada, mais responsável e resiliente, mais flexível e livre, que designamos por escola reflexiva. Perspetivamos uma escola que constrói a sua identidade, adotando uma postura flexível e articulada fruto não da conjuntura, mas sim do contexto. Tal pressupõe a construção e utilização de um conjunto de instrumentos e o desenvolvimento de processos que surgem de um diálogo permanente com situações autênticas. É neste contexto que atualmente se anseia uma escola competente para traçar o seu percurso de desenvolvimento, sendo capaz de encontrar a sua identidade, através de práticas de reflexão, avaliação e da ação. Uma escola reflexiva pressupõe uma visão sistémica, onde todos dependem de si, mas todos constroem um caminho único e convergente para um propósito comum, tal como considera Bolívar (2003):

assim as escolas que são “eficazes” requerem uma forte liderança instrutiva, capaz de apoiar os professores nos recursos metodológicos de um ensino efetivo, ao mesmo tempo que centrar as tarefas do currículo, supervisioná-las e dinamizar o trabalho conjunto dos professores. Por outro lado, visto que as escolas eficazes se caracterizam por ter uma identidade, cultura ou visão diferenciada, estas instituições educativas (normalmente privadas) partilham valores sobre as missões da escola, participação conjunta nas tarefas, relações de colegialidade e preocupação com os outros (p. 30).

A escola que se propõe é aquela em que o professor está em constante processo de crescimento e de aprendizagem. Esta assunção de uma nova visão de escola implica uma estrutura organizativa que permite partilhar e construir saberes comuns, tornando-se autónoma e responsável, capaz de propor um percurso autêntico aos seus alunos, desenvolvendo projetos e partilhando-os de uma forma responsável e inovadora. Assim, o professor é um membro de um grupo que vive numa organização que tem por finalidade promover o desenvolvimento e a aprendizagem de cada um num espírito de cidadania integrada (Alarcão, 2001).

Urge a construção de uma nova profissionalidade docente, onde o professor deixa de estar isolado para se encontrar inserido num corpo profissional e numa organização escolar, nomeadamente no que diz respeito ao ensino do 1.º CEB que, associado à monodocência, sempre esteve tradicionalmente isolado. Há, também, necessidade de criar redes de (auto) formação participada através da troca de experiências e da partilha de saberes capazes de constituírem espaços de formação mútua.

Para a concretização deste tipo de escola são lançados alguns reptos, tanto às organizações (escolas reflexivas) como aos professores: a) liderar e mobilizar toda a comunidade sendo capazes de transformar o projeto enunciado em projeto conseguido; b) saber agir, promovendo uma atuação sistémica; c) assegurar a participação democrática, implicando pensar e ouvir antes de decidir; d) promover a autoavaliação e heteroavaliação; e) aceitar/contribuir que a escola viva em permanente processo de desenvolvimento e de aprendizagem.

O ato de educar é, neste contexto, o ato de despertar consciências para a liberdade e para a responsabilidade, sendo esta a capacidade de responder aos desafios, na medida em que somos capazes de responder ao Outro e, ao mesmo tempo, “criar uma visão do mundo que implica que também o podemos recriar segundo uma perspetiva diferente mudando a nossa situação” (Robinson & Aronica, 2011, p. 85). Trata-se, sobretudo, de educar para o mundo, educar para os tempos complexos e de incertezas, onde os olhares múltiplos ajudarão, certamente, a ver cada aluno(a) como um ser único e com a necessidade de uma educação personalizada, para além de minimizar a situação “isolada” do professor do 1.º CEB. É neste contexto que surge o projeto de autonomia e flexibilidade curricular que foi alvo da nossa investigação, em particular, no 1.º CEB de uma instituição privada na área do grande Porto.

### **3 Metodologia**

Em termos metodológicos esta investigação insere-se num paradigma qualitativo ou interpretativo e este tipo de metodologia de investigação é fundamentada em pressupostos que nos são apresentados por Freixo (2010) - dizem respeito aos acontecimentos que devem ser estudados no terreno, em contexto natural e devem ser compreendidos e interpretados à luz da perceção dos participantes, devendo ser acrescentado que o próprio investigador faz parte de todo o processo.

O nosso objeto de estudo organiza-se numa perspetiva de investigação do quadro teórico acerca da natureza e modos de construção do conhecimento e desenvolvimento profissional baseado em práticas colaborativas e reflexivas, dando destaque à centralidade do processo de aprendizagem autónomo e apropriado de forma personalizada.

No que diz respeito aos participantes deste estudo, a seleção foi realizada de forma não aleatória, constituindo uma amostragem por conveniência na medida em que usamos grupos intactos já constituídos. A amostra corresponde a 8 docentes do 1.º CEB de uma instituição de ensino privada situada na área do grande Porto.

Relativamente ao tratamento de dados, optamos pela análise de conteúdo e análise descritiva e inferencial, tendo em conta o quadro de referentes desenhado para o efeito. Neste artigo, é de realçar as seguintes categorias de análise dos resultados preliminares: *planificação e organização do projeto, critérios do agrupamento de alunos e vantagens da implementação do projeto.*

### **4 Apresentação dos resultados preliminares de investigação**

Os dados de investigação retratam, globalmente, a estratégia do PAFC inserido num contexto real de uma instituição do ensino privada, tendo em conta as diferentes etapas.

Assim, deste modo, e no que diz respeito à fase da planificação, os professores entrevistados mencionam a importância da reunião de final de julho para construir a planificação anual do PAFC. Nesta reunião, o tema aglutinador do projeto da instituição, bem como os subtemas que cada ano vai trabalhar, são debatidos e definidos em conjunto, na presença da direção e dos coordenadores do ciclo. Durante todo o ano letivo, uma vez por semana, os mesmos professores voltam a planificar juntos, para ultimar aspetos relativos à semana seguinte ou reajustar, de acordo com as necessidades, as atividades. É de notar que as planificações têm um caráter interdisciplinar e contemplam a documentação legal - Aprendizagens Essenciais (AE) e o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA).

No que diz respeito à dinâmica do Projeto, salientamos:

- os dois tempos comuns por semana em que cada ano de escolaridade está no mesmo espaço na presença de uma equipa educativa que integra no mínimo 5 docentes;
- os alunos estão organizados por grupos (critérios definidos pela equipa docente) e com tarefas específicas em cada uma das sessões;
- a estratégia de avaliação é essencialmente formativa e integra momentos de autoavaliação, heteroavaliação e com recursos a vários instrumentos, preferencialmente com diários de bordo sobre o processo de aprendizagem;
- a divulgação do projeto é realizada semestralmente a toda a equipa educativa, a um convidado externo, à direção e coordenação de ciclo.

No que concerne às vantagens do PAFC, todos os professores concordam que existem mais vantagens do que desvantagens, referindo a estimulação da autonomia de pesquisa de informação, sensibilidade artística, criatividade, espírito de equipa e a sua consequente interajuda e cooperação entre os pares, bem como a capacidade de raciocínio abstrato e resolução de problemas dos alunos. Para além disto, referem (como grande ganho), o desenvolvimento de novas formas de trabalho que apoiam a interligação entre educação e bem-estar numa base de interação e interdependência sustentadas no ambiente de aprendizagem, no currículo e pedagogia, nas parcerias e nas políticas e procedimentos. Nesta estreita interligação entre bem-estar e aprendizagem emerge a ideia basilar de que para além de um fim, o bem-estar, porque transporta consigo motivação, felicidade, tranquilidade, informalidade, é naturalmente potenciador e facilitador de aprendizagem. A aprendizagem é, por conseguinte, central para o bem-estar e o bem-estar central para a aprendizagem.

## **5 Considerações finais**

Se considerarmos, tal como Cohen e Fradique (2018), que a escola atual tem agora novos desafios, tais como o de

capacitar as crianças e os jovens com conhecimentos, capacidades, atitudes e valores, num cenário de imprevisibilidade, visto que a escola prepara para “empregos que ainda não foram criados, para tecnologias que não foram ainda inventadas, para resolver problemas que ainda não foram antecipados” (p. 10),

consideramos que a instituição investigada apresenta um modo pedagógico que se revela mais ajustada à realidade, sobretudo à forma como os alunos aprendem. A partir dos pressupostos do PAFC e áreas de competência do PA, bem como no processo de monitorização/avaliação preconizado pela realidade investigada, verifica-se, efetivamente, o investimento num aluno mais conhecedor, mais culto, mais informado/formado, mais criativo, mais crítico, mais investigador, mais respeitador da diferença, mais autor, mais autónomo, mais capaz de tomar decisões e mais organizador, tendo em conta a avaliação realizada pelos docentes titulares, equipa pedagógica (psicólogas, professora de educação especial, professoras de inglês, professora de artes visuais, professora de filosofia com crianças, professora de música, professor de teatro e professores de educação física, coordenadora de ciclo e direção da instituição).

No que diz respeito aos docentes, e de acordo com Cosme (2018), o que tem feito a diferença e permitido saltar qualitativamente é a preocupação e a adoção de postura de melhoria contínua, através das reflexões dos problemas e a partilha de soluções, assim como o privilegiar uma cultura cooperativa em detrimento de uma cultura individualista. Trata-se, pois, de um exercício profissional docente alicerçado no valor da interdependência, onde teoria e prática estão alinhadas em prol de uma aprendizagem mais efetiva, sentida, autónoma e, por tal, eficaz.

## 6 Referências

- Alarcão, I. (Org.). (2001). *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: Artmed.
- Bolívar, A. (2003). *Como melhorar as escolas*. Porto: ASA Editores, S.A.
- Cohen, A. C., & Fradique, J. (2018). *Guia da autonomia e flexibilidade curricular*. Lisboa: Raiz Editora.
- Cosme, A. (2018). *Autonomia e flexibilidade curricular: Propostas e estratégias de ação*. Porto: Porto Editora.
- Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho. Diário da República n.º 128/2017, II Série. Lisboa: Ministério da Educação.
- Freixo, M. (2010). *Metodologia científica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Palmeirão, C., & Alves, J. M. (2017). *Construir a autonomia e a flexibilidade curricular: Os desafios da escola e dos professores*. Porto: Universidade Católica Editora.
- Robinson, K., & Aronica, L. (2011). *O elemento*. Porto: Porto Editora.